

## Ineditoriais

### ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER EM GOIÁS

#### EXTRATO DE ADESÃO DE REGISTRO DE PREÇO

CNPJ: 01.585.595/0001-57. Situada à Rua 239, N.º 206, Setor Universitário, Goiânia - GO. Extrato de Ingresso e Utilização da Ata de Registro de Preço N.º 009/2016 SRP N.º 005/2016. Fornecedor Registrado: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA - CNPJ: 58.295.213-11. Objeto: Item 02 - Quantidade: 01 - Unidade: UND - Descrição: Equipamento RAI0 X - COMPACTO AR - Marca: Philips. Dotação Orçamentária: Órgão Concedente: Ministério da Saúde - Convênio 824916/2015 - Programa: REDE DE ATENÇÃO ONCOLÓGICA / CENTRO DE ALTA COMPLEXIDADE E ONCOLOGIA - Orçamento Programa-Objeto: Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Unidade de Alta Complexidade em Oncologia. Valor Unitário: R\$ 92.500,00 (Noventa e dois mil e quinhentos reais). Valor Total: R\$ 92.500,00 (Noventa e dois mil e quinhentos reais). Fundamento: Ata de Registro de Preços N.º 009/2016 SRP N.º 005/2016 (Pregão Eletrônico para Registro de Preço). Item 02 do Edital da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho/RO,

### ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR PADRE JOÃO BERTHIER

#### AVISO CONCORRÊNCIA Nº 1/2016

Tipo Menor Preço

Regime de Execução - Empreitada por Preço Unitário  
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para executar obras do contrato nº 814336/2014-0 firmado entre a Associação Hospitalar Pe. Joao Berthier e o Ministério da Saúde, por intermédio da Caixa Econômica Federal, incluindo fornecimento de material, disponibilização de mão-de-obra e equipamentos, consistente em REFORMA DAS ALAS 'A' E 'D'; EXECUÇÃO DE RAMPAS E MARQUISE EXTERNA; SUBSTITUIÇÃO DE ESQUADRIAS E PASTILHAMENTO EXTERNO DO BLOCO FRONTAL, SUBSTITUIÇÃO DO TELHAMENTO E ACESSÓRIOS, CONFORME INDICADO NOS PROJETOS E MEMORIAIS, nos termos do Edital e seus Anexos. VALOR MÁXIMO: O preço total máximo é de R\$1.539.329,69 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta e nove centavos). DATA E HORÁRIO DA ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS JÁ ENTREGUES: Dia 22/03/2017, às 9:00 hs, na sede da ASSOC. HOSPITALAR PE JOAO BERTHIER, R. Osvaldo Cruz, 56, São Carlos-SC. Informações: Na Assoc. Hosp. Pe. João Berthier, das 8h às 17h ou fone (49) 3325-4255.

São Carlos-SC, 3 de março de 2017.  
LEO JOSE PICCINI  
Presidente da Associação

### ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÕES PRESENCIAIS

A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro comunica a abertura dos processos licitatórios:

Pregão Presencial 004/2017. Data: 24/03/2017 às 14h00min  
Pregão Presencial 005/2017. Data: 27/03/2017 às 10h00min.

Pregão Presencial 006/2017. Data: 28/03/2017 às 14h00min.

Pregão Presencial 007/2017. Data: 30/03/2017 às 14h00min.

Pregão Presencial 008/2017. Data: 31/03/2017 às 14h00min.

Pregão Presencial 009/2017. Data: 05/04/2017 às 14h00min.

Fonte de Recurso: PRONON 2014 - SIPAR 25000.162.159/2014-51. O objeto desses processos licitatórios são equipamentos laboratoriais destinados ao Laboratório Genômico.

Os editais deverão ser solicitados pelos e-mails: jaqueline.orchulhak@hpp.org.br e bruno.goncalves@hpp.org.br. Autorizado pelo Representante Legal: José Álvaro da Silva Carneiro, em 09/03/2017.

Em 9 de março de 2017.

JOSÉ ÁLVARO DA SILVA CARNEIRO  
p/ Equipe de Pregão

### ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMI ÁRIDO

#### AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

A ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMIÁRIDO - APIMC, entidade sem finalidade econômica, qualificada como OSCIP, com sede na Rua Monte Alverne, nº 287, bairro do Hipódromo - Recife - PE, inscrita no CNPJ.MF sob nº 05.080.329/0001-23, convoca todos os interessados a participar do edital de chamada pública Nº 01/2017 cujo o objeto é a seleção de entidades privadas sem fins lucrativos para a prestação de serviços à APIMC de apoio à execução do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas (P1+2), visando à implementação de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos, de acordo com os modelos propostos nas Instruções Operacionais SESAN/MDS nº 05, de 09.12.2013 - Barragem Subterrânea, nº 02, de 09.07.2015 - Cisterna de Enxurradas, nº 03, de 09.07.2015 - Barreiro Trincheira e nº 05, de 09.07.2015 - Cisterna Calçadão, a fim de contribuir, por meio de processo educativo, para a transformação social, visando à preservação, o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como direito essencial à vida e à cidadania, ampliando a compreensão e a prática de convivência sustentável e solidária com o ecossistema do semiárido. Os recursos são oriundos do Termo de Parceria nº 02/2013, celebrado com o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO (MDSA). A abertura da chamada pública ocorrerá no dia 23/03/2017, no seguinte endereço: Rua Nicarágua, 111, bairro do Espinheiro - Recife-PE e os envelopes contendo toda a documentação devem ser entregues neste endereço até o dia 22/03/2017 às 18hs. O edital e todas as demais informações necessárias para conhecimento dos interessados estão no sítio [www.ap1mc.org.br](http://www.ap1mc.org.br).

NAIDISON DE QUINTELLA BAPTISTA  
Presidente da Associação

### BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A

CNPJ/MF nº 02.038.232/0001-64  
NIRE nº 5330000552-4

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração do Bancoob convoca os Acionistas a reunirem-se em AGO, a ser realizada no dia 11 de abril de 2017, às 16:30 (dezesesseis horas e trinta minutos), na sede social, localizada no SIG, Quadra 6, Lote 2.080, 3º andar, em Brasília/DF, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2016, juntamente com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2016 e a distribuição de dividendos; 3. Fixar a remuneração dos conselheiros de administração e dos diretores; 4. Eleger os conselheiros fiscais, titulares e suplentes, e fixar a remuneração. Notas: I. Os documentos obrigatórios e pertinentes às matérias a serem debatidas na AGO e discriminados no art. 133, I, II, III e IV, da Lei nº 6.404/1976 foram publicados no Diário Oficial da União e no Valor Econômico, no dia 17/2/2017. II. É assegurada aos acionistas minoritários, titulares de, no mínimo, um décimo do capital social votante, a faculdade de requererem, no prazo de 48 horas antes da data da AGO, a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos Conselheiros de Administração, na forma prevista em lei. III. Os acionistas preferencialistas que pretenderem participar da AGO para o fim de eleger, em votação em separado, um Conselheiro Fiscal efetivo e um suplente, deverão exercer seu direito de voto por meio de seu representante legal ou por procurador, constituído há menos de um ano, e observar todo o teor do art. 126 da Lei nº 6.404/1976; os respectivos instrumentos de eleição ou de mandato deverão ser depositados na sede do Bancoob até o dia 1/4/2017.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2017.  
HENRIQUE CASTILHANO VILARES  
Presidente do Conselho

### CALHEIRA ALMEIDA S/A

CNPJ Nº 15.138.993/0001-30

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em AGOE a se realizarem conjuntamente no dia 10 de abril de 2017, às 14,00 horas na sede social na Av. Estados Unidos 45, Sala 410, Comércio, Salvador-Ba. para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: AGO: a) Prestação de Contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; b) Eleição da Diretoria e fixação das respectivas remunerações. AGE: a) Consolidação dos Estatutos.

JOSÉ CARLOS BRITO DORIA  
Diretor

#### AVISO

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2016.

Salvador (Ba), 09 de março de 2017

JOSÉ CARLOS BRITO DORIA  
Diretor

### CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

CNPJ Nº 04.724.690/0001-82

#### BALANÇO PATRIMONIAL



Posição (valores em reais/R\$) em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Ativo	2016	2015
Ativo	19.125.101,53	28.987.752,85
Circulante	18.136.299,59	27.388.857,76
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.923.195,42	13.324.311,06
Bancos/caixa - recursos com restrição	1.166,48	37.001,44
Aplicações Financeiras - recursos com restrição	4.922.028,94	13.287.309,62
Outros Valores a Receber	13.213.104,17	14.064.546,70
Clientes	12.738.915,26	13.681.548,88
Adiantamento a fornecedores	270.991,91	266.309,36
Impostos a recuperar	59.796,30	49.286,30
Adiantamento de férias	112.752,47	54.407,37
Outros créditos	2.582,23	1.172,60
Despesas do exercício seguinte	28.066,00	11.822,19
Não Circulante	988.801,94	1.598.895,09
Imobilizado	930.603,07	1.398.496,14
Bens próprios com restrição	3.898.176,16	4.050.082,85
(-) Depreciações acumuladas	(2.967.573,09)	(2.651.586,71)
Intangível	58.198,87	200.398,95
Sistemas Aplicativos - Software - com restrição	1.430.651,77	1.390.240,86
(-) Amortizações acumuladas	(1.372.452,90)	(1.189.841,91)

Passivo	2016	2015
Passivo	19.125.101,53	28.987.752,85
Circulante	3.152.091,50	4.127.232,82
Encargos sociais a recolher	235.744,66	354.014,89
Encargos tributários a recolher	161.156,82	186.042,05
Fornecedores	275.349,40	576.477,40
Provisão para férias e encargos	1.080.034,23	1.238.441,85
Provisão contratos de serviços	1.054.167,73	1.692.772,45
Outras contas a pagar	345.638,66	79.484,18
Patrimônio Social Líquido	15.973.010,03	24.860.520,03
Reservas	4.477.740,82	8.954.297,69
Reserva técnica - com restrição	4.477.740,82	8.954.297,69
Superávit Acumulados	11.495.269,21	15.906.222,34
Superávit de Exercícios anteriores - com restrição	20.382.779,21	36.196.368,01
Déficit/Superávit do Exercício - com restrição	(8.887.510,00)	(20.290.145,67)

#### DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT E SUPERÁVIT

	2016	2015
(+) Receita Bruta	15.721.668,07	9.986.165,24
COM RESTRIÇÃO		
Contrato de Gestão	11.595.310,00	8.000.000,00
Recuperação de despesas/ressarcimento	228.054,93	251,00
Serviços prestados a terceiros	3.828.303,14	1.957.221,28
Doações e indenizações	0,00	28.692,96



Patrocínio	70.000,00	0,00
(-) Deduções da Receita Bruta	(371.194,43)	(96.920,68)
ISSQN sobre faturamento	(181.953,11)	(96.920,68)
Cancelamento de Notas Fiscais	(189.241,32)	0,00
(=) Receita Líquida	15.350.473,64	9.889.244,56
(-) Despesas Operacionais - Contrato de Gestão	(21.521.058,35)	(30.192.148,00)
Despesas gerais e administrativas	(1.666.565,14)	(1.968.914,74)
Despesas com pessoal e encargos	(14.101.539,05)	(18.239.712,25)
Serviços de terceiros	(1.569.061,66)	(4.807.353,21)
Aluguéis e arrendamentos	(2.764.159,28)	(3.113.801,09)
Impostos e Taxas	(64.605,28)	(52.144,97)
Diárias	(308.004,86)	(524.354,73)
Passagens	(349.646,11)	(656.224,55)
Promoções e eventos	(4.401,00)	(69.467,64)
Outras Despesas operacionais	(45.041,56)	(92.412,18)
Depreciações e Amortizações	(648.034,41)	(667.762,64)
(-) Despesas Operacionais - Outros Contratos	(3.344.428,18)	(1.671.354,50)
Despesas gerais e administrativas	(289.311,35)	(53.218,78)
Despesas com pessoal e encargos	(1.410.843,73)	(393.623,61)
Serviços de terceiros	(1.083.912,93)	(473.266,74)
Aluguéis e arrendamentos	(163.443,17)	(55.243,17)
Impostos e taxas	0,00	(1.592,89)
Diárias	(126.195,02)	(22.913,75)
Passagens	(247.438,10)	(37.204,15)
Promoções e eventos	(19.801,15)	(10.305,02)
Outras despesas operacionais	(2.190,00)	(2.818,67)
Depreciações e amortizações	(1.292,73)	(1.292,72)
Perdas Estimadas de créditos - PECLD	0,00	(619.875,00)
(=) Resultado Operacional Bruto	(9.515.012,89)	(21.974.257,94)
(+/-) Resultado Financeiro	627.502,89	1.684.112,27
Despesas financeiras - contrato de gestão	(285.950,35)	(513.583,10)
Despesas financeiras - outros contratos	(40.133,68)	(42.580,59)
Receitas financeiras - contrato de gestão	720.846,92	2.034.067,05
Receitas financeiras - outros contratos	232.740,00	206.208,91
Déficit/ Superávit do Exercício	(8.887.510,00)	(20.290.145,67)

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2016	2015
Superávit/(Déficit) líquido do exercício	(8.887.510,00)	(20.290.145,67)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	649.327,14	669.055,36
Ajuste de exercícios anteriores	0,00	627.236,93
Perdas por baixa de bens inservíveis	1.176,92	3.749,56
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	0,00	619.875,00
Variação nos saldos dos ativos:		
(Aumento)/Redução em clientes	942.633,62	18.757.297,08
(Aumento)/Redução em adiantamentos	(4.682,55)	226.344,52
(Aumento)/Redução em outras contas ativas	(86.508,54)	6.190,50
Variação nos saldos dos passivos:		
Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	(143.155,46)	(107.830,05)
Aumento/(Redução) em Fornecedores	(301.128,00)	31.319,26
Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	(158.407,62)	(118.728,56)
Aumento/(Redução) em provisões contratos de serviços	(638.604,72)	(143.086,07)
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	266.154,48	(241.301,43)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(8.360.704,73)	39.976,43
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
(-) Compra do Ativo Imobilizado	0,00	(97.649,81)
(-) Compra do Ativo Intangível	(40.410,91)	(27.951,28)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(40.410,91)	(125.601,09)
Aumento/Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.401.115,64)	(85.624,66)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.324.311,06	13.409.935,72
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4.923.195,42	13.324.311,06
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.401.115,64)	(85.624,66)

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

	Déficit/ Superávit Acumulados	Déficit/ Superávit do Exercício	Reserva Técnica	Total
Saldo em 31/12/2014	32.189.772,30	5.583.247,65	6.750.408,82	44.523.428,77
Incorporação do superávit 2014	5.583.247,65	(5.583.247,65)	0,00	0,00
Ajuste Superávit Exercícios Anteriores	627.236,93	0,00	0,00	627.236,93
Transferência para Reserva Técnica	(2.203.888,87)	0,00	2.203.888,87	0,00
Déficit do Exercício	0,00	(20.290.145,67)	0,00	(20.290.145,67)
Saldo em 31/12/2015	36.196.368,01	(20.290.145,67)	8.954.297,69	24.860.520,03
Incorporação do Déficit 2015	(20.290.145,67)	20.290.145,67	0,00	0,00
Transferência para Reserva Técnica	4.476.556,87	0,00	(4.476.556,87)	0,00
Déficit do exercício	0,00	(8.887.510,00)	0,00	(8.887.510,00)
Saldo em 31/12/2016	20.382.779,21	(8.887.510,00)	4.477.740,82	15.973.010,03

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em Reais)

Nota 1 - Contexto operacional - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília-DF, tem por finalidade a realização e promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão ins-

trumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 30 de junho de 2017. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o Ministério da Educação foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação. Para o ano de 2016, o volume de recursos financeiros previstos no 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão foi superior ao orçamento de 2015 em 43,12%. Apesar desse expressivo acréscimo percentual o ano de 2016 não foi muito diferente de 2015, tendo todas as expectativas frustradas em face da escassez de recursos, exigindo a adoção de medidas mais enérgicas para a redução de custos. A despeito disso, o Centro conseguiu cumprir a contento os compromissos contratuais fixados para o exercício. A expectativa é que nos próximos anos essa situação seja alterada e possa ser recuperada a capacidade de investimento em C,T&I e consequentemente restabelecidas as condições para que a Instituição possa responder as demandas maiores da sociedade brasileira.

Nota 2 - Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2016 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea "i" da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, cujo instrumento de relação entre o poder público é o "Contrato de Gestão" o qual é elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

Nota 3 - Principais Práticas e Diretrizes Contábeis - 3.1 Caixa e equivalente de caixa - Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata temporis" até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 3.2 Estimativas contábeis - A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. 3.3 Instrumentos financeiros - O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Investimentos mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado. - Recebíveis. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber. O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros. 3.4 Imobilizado: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. 3.5 Ativos intangíveis: correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos, deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. 3.6 Provisões - uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação. 3.7 Apuração dos resultados - O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2016. 3.8 Receita operacional - Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis. 3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa. O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2016	2015
Banco/Caixa - Contratos administrativos (com restrição)	1.166,48	36.785,54
Banco/Caixa - Contrato de Gestão (com restrição)	0,00	215,90
Aplicações Financeiras- Contratos Administrativos (com restrição)	2.273.034,79	1.816.124,46
Aplicações Financeiras - Contrato de Gestão (com restrição)	2.648.994,15	11.471.185,16
Total	4.923.195,42	13.324.311,06

Nota 5 - Contas a Receber - Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

Clientes	2016	2015
AES Tietê S/A	22.987,52	0,00
BAESA - Energética Barra Grande S/A	0,00	11.250,00
Campos Novos Energia S/A	0,00	11.250,00
CAPES - Fundação Coord. De Aperf.de Pessoal de Nível Superior	199.690,00	0,00
CEMIG - Geração e Transmissão S/A	17.839,28	0,00
CESP Companhia Energética de São Paulo	204.133,98	0,00
Companhia Sul Paulista de Energia	17.839,28	0,00
COPEL Distribuição S/A	18.420,16	0,00
COPEL Geração e Transmissão S/A	1.993,24	0,00
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	0,00	5.000.000,00
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	40.826,80	39.173,88
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações	6.595.310,00	8.000.000,00
ME - Ministério dos Esportes	1.239.750,00	1.239.750,00
MEC - Ministério da Educação	5.000.000,00	0,00
(-) Perdas Estimadas	0,00	(619.875,00)
Total	13.358.790,26	13.681.548,88

No ano de 2016 foi realizado o levantamento da estimativa do risco e da expectativa de perdas no contas a receber do Centro. Analisando pontos como: a) posição analítica das notas fiscais emitidas na data do balanço; b) expectativa de rescisão contratual; e c) atraso no repasse dos recursos de produtos já entregues e faturados. Dentro desse cenário verificou-se que no ano de 2016, não há elementos que corroboram com a necessidade de constituição de provisão de perdas estimáveis.

Nota 6 - Adiantamento a fornecedores: Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entres outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 270.991,91 (R\$ 266.309,36 - 2015).

Nota 7 - Imobilizado e Intangível: Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (impairment).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Depreciação	2016	2015
<b>Imobilizado</b>			
Equipamento de Informática	20%	1.941.596,33	2.093.503,02
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	66.575,45	66.575,45
Móveis e Utensílios	10%	653.190,02	653.190,02
Equipamentos de Audiovisual	20%	354.399,94	354.399,94
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações	-	(2.967.573,09)	(2.651.586,71)
Subtotal do Imobilizado	-	930.603,07	1.398.496,14
<b>Intangível</b>			
Sistemas Aplicativos - Software	20%-100%	1.430.651,77	1.390.240,86
(-) Amortizações	-	(1.372.452,90)	(1.189.841,91)
Subtotal do Intangível	-	58.198,87	200.398,95
Total do Imobilizado e Intangível	-	988.801,94	1.598.895,09

Nota 08 - Fornecedores: Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços

Fornecedores	2016	2015
ALELO - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	114.755,98	0,00
Caixa de Assistência Social da FIPECO	61.975,20	79.761,48
Centro Empresarial Parque Cidade	38.098,31	39.518,45
EXCEN - Centro de Excelência em Eficiência Energética LTDA	0,00	20.000,00
IBM Brasil Indústria Máquinas e serviços LTDA	0,00	9.313,47
IComunicação Integrada EIRELLI - EPP	0,00	26.232,85
IEI-LA Escritório Regional do International Energy Initiative	0,00	56.000,00
Office Administração e Serviços	35.420,16	32.782,97
Plugar Informações Estratégicas S/A	0,00	40.045,44
PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do BB	0,00	245.597,35
Outros Fornecedores	25.099,75	27.225,39
Totais	275.349,40	576.477,40

Nota 09 - Provisão de Férias e Encargos Sociais: Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2016 uma provisão para férias e encargos sociais no montante de R\$ 1.080.034,23 (R\$ 1.238.441,85 - 2015).

Nota 10 - Provisão Contratos de Bens e Serviços: Para os contratos firmados no período de vigência até 2016, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2016 o valor correspondente a R\$ 1.054.167,73 a título de provisão (R\$ 1.692.772,45-2015).

Nota 11 - Outras Contas a Pagar

	2016	2015
Ressarcimento - Pessoal Cedido (a)	58.342,06	28.321,68
Créditos a compensar (b)	65.658,41	51.162,50
Saldo bancários a compensar (c)	221.638,19	0,00
Totais	345.638,66	79.484,18

a) Provisão ressarcimento pessoal cedido - devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE foi acordado a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropria-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais. b) Créditos a compensar/Desconto em folha - Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE, entre outros. c) Saldo bancários a Compensar/Agendados - Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede o recesso de final de ano nas festividades de natal e ano novo.

Nota 12 - Patrimônio Social Líquido: O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a "essência" nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do Contrato de Gestão e contratos administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta opera desde o início de suas atividades como organização qualificada como "OS" visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei 9637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos contratos administrativos. Dessa forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação, este deverá ser revertido para o ente fomentador ou instituição semelhante. De acordo com a Cláusula Sexta do Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2017) celebrado entre a União e o CGEE deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 4.477.740,82, neste exercício (R\$ 8.954.297,69-2015).

Nota 13 - Receitas. a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2016 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 11.595.310,00 (R\$ 8.000.000,00 - 2015), escriturados no ativo circulante a receber. b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2016 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 3.828.303,14 (R\$ 1.957.221,28-2015). Demonstrados no quadro a seguir:

#### QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2016	2015
AES TIETE S/A	322.958,61	61.673,89
BAESA - Energética Barra Grande S/A	130.258,45	30.836,94
Banco Mundial	76.500,00	0,00
CAPES	315.300,00	0,00
CESP - Companhia Energética São Paulo	1.431.151,26	308.369,42
CEMIG - Geração e Transmissão S/A	248.775,49	61.673,89
COPEL Distribuidora S/A	133.888,29	30.836,94
COPEL - Geração e Transmissão S/A	147.501,44	30.836,94
Companhia Sul Paulista de Energia	304.123,13	39.173,88
Embaixada Britânica - Energy	0,00	10.602,20
Embaixada do Reino Unido da Suécia	30.800,00	0,00
ENERCAM - Campos Novos Energia S/A	130.258,45	30.836,94
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	294.263,02	39.173,88
Ministério do Esporte ME	0,00	1.305.000,00
PNUMA	262.525,00	0,00
Universidade DURHAM	0,00	8.206,36
Agência Nacional de Águas	70.000,00	0,00
Totais	3.898.303,14	1.957.221,28

c) Receitas financeiras - O CGEE obteve no exercício de 2016 uma receita financeira de R\$ 953.586,92 (R\$ 2.240.275,96-2015) conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	694.056,00	232.309,50
Variáveis Monetárias Ativas	80,88	0,00
Descontos obtidos/Variações	26.710,04	430,50
	720.846,92	232.740,00
Total Geral	953.586,92	

Nota 14 - Despesas - As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 25.191.570,56 (R\$ 32.419.666,19 - 2015), sendo R\$ 21.807.008,70 (R\$ 30.705.731,10 - 2015) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 3.384.561,86 (R\$ 1.713.935,09 - 2015) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

Nota 15 - Outras Informações. a) Seguros - O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado. b) Ação Civil Pública - Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 588.588,79 (quinhentos e oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e oito reais, setenta e nove centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2016. c) Fiscalização - Constatam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração - AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total atualizado de R\$ 1.746.344,62 (um milhão, setecentos e quarenta e seis mil, trezentos e quarenta e quatro reais, sessenta e dois centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31.12.2016. d) Compromissos e créditos futuros - O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 7.381.150,40 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 3.626.117,35, que não configura no resultado do exercício em 2016, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, 31 de dezembro de 2016  
IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA  
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF-  
CPF 768.155.871-34

MARIANO FRANCISCO LAPLANE  
Presidente do CGEE/OS-CPF 096.769.418-32

#### ANEXO

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

##### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.